



## O GOVERNO LULA FRENTE À NACIONALIZAÇÃO DO GÁS BOLIVIANO EM 2006: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO<sup>1</sup>

Marcus Vinícius Martins Vianna

### Resumo

O presente trabalho trata da relação entre o Brasil e a Bolívia tendo como marco de análise o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, iniciado em maio de 2006. Para realizar esta análise, do ponto de vista teórico, trabalhamos com o conceito de neoliberalismo. Tendo em vista que esse modelo econômico foi aplicado na maioria dos países da América Latina a partir dos anos 1980 e resultou em uma série de transformações, sobretudo, nas relações econômicas entre Brasil e Bolívia. Outro conceito central em nossa análise sobre a política externa brasileira é o conceito de subimperialismo, que foi originalmente cunhado por Ruy Mauro Marini, ainda no final dos anos 1960. Diante do caso da nacionalização dos hidrocarbonetos e da crise causada por esse processo na relação entre Brasil e Bolívia e do papel econômico que a Petrobras cumpre no país vizinho, retomamos este conceito para analisar o cenário atual de integração sul-americano e de crescente protagonismo brasileiro na arena internacional.

**Palavras-chave:** Brasil, Bolívia, neoliberalismo, subimperialismo, nacionalização.

### 1 Introdução

O presente trabalho, intitulado *O Governo Lula frente à nacionalização do gás boliviano em 2006: uma análise a partir da teoria do subimperialismo brasileiro*, visa investigar, a partir das ações do governo brasileiro em resposta à nacionalização do gás pela Bolívia em 2006, qual o papel que o governo Lula buscou cumprir no cenário sul-americano durante seu mandato. Assim, realiza-se aqui um esforço na busca de respostas que delimitam e ao mesmo tempo clarificam a postura do governo brasileiro de Lula, principalmente em relação à Bolívia e ao restante da América do Sul.

Ao enfrentarmos esse tema, deparamo-nos com diversos fatores implicados ao estudo da "História do Tempo Presente", sendo um deles o fato de o processo histórico analisado ser recente, outro é a atualidade da existência do desenvolvimento de algumas nuances do relacionamento entre o Brasil e a Bolívia, que ainda guardam correspondência com a nacionalização boliviana do gás natural. Engels, ao realizar uma célebre introdução ao trabalho de Marx, *As Lutas de Classe na França (1848-1850)*, escreveu estas linhas:

---

<sup>1</sup> Monografia apresentada à Faculdade Porto-Alegrense como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História do Brasil Contemporâneo. Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. José Miguel Quedi Martins.

É perfeitamente óbvio que a inevitável negligência das modificações simultâneas da situação econômica, ou seja, da própria base de todos os acontecimentos a examinar, só pode ser uma fonte de erros. Mas, todas as condições de uma análise de conjunto da História que se faz sob os nossos olhos encerram inevitavelmente fontes de erros, e isto não impede ninguém de escrever a História do presente. (ENGELS, 1981, p. 208)

Portanto, tal pesquisa conta com os riscos de um objeto ainda em definição. Tendo em vista que este processo de nacionalização é um acontecimento recente, existem poucos estudos a respeito desse tema, no entanto, paradoxalmente, a cada ano que passa, temos mais elementos para análise.

Para compreendermos a postura brasileira, buscaremos trabalhar com o conceito de subimperialismo, elaborado originalmente por Ruy Mauro Marini, como forma de alicerçarmos nossas análises sobre o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos por parte do Estado boliviano, centrando na relação entre o Brasil e a Bolívia. A teoria do subimperialismo está vinculada diretamente às modificações ocorridas no sistema capitalista mundial depois da Segunda Guerra quando a industrialização e a urbanização chegaram a alguns países da antiga periferia capitalista, e esse processo fez surgir uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo Marini (1974), o Brasil passou a ser mais um pólo de expansão capitalista na América Latina, mesmo mantendo seu caráter de dependência dos países centrais do sistema capitalista, principalmente dos Estados Unidos. A partir dessa dinâmica subimperialista, podemos perceber as movimentações do governo Lula no cenário internacional, mais especificamente na América do Sul.

Não é nossa intenção nos aprofundarmos na política externa do Brasil no período anterior à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos (2006). Porém, para compreendermos as possibilidades de uma dinâmica subimperialista brasileira, encontramos a necessidade de trabalhar com o conceito de neoliberalismo, visto que o governo Fernando Henrique (1995-2002), antecessor de Lula, representou o auge da implementação do modelo neoliberal no país e que na Bolívia este modelo econômico foi radicalmente aplicado pelos governos anteriores a Evo Morales, autor do decreto da nacionalização. Do ponto de vista teórico, os conceitos de subimperialismo e neoliberalismo embasam as análises realizadas neste trabalho. Desse modo, organizamos o texto de forma que o leitor possa entender as fases de elaboração e reflexão, acompanhando os caminhos seguidos pelos dois países até culminar na nacionalização do gás natural pela Bolívia e nas atitudes do Brasil.

No Capítulo intitulado Bolívia: passado e presente, buscamos realizar um breve apanhado do passado de intensa espoliação e de históricas lutas populares na Bolívia marcada por sediar a maior mina de prata do império colonial espanhol e, depois no século XX, por ser um dos países com maior produção de estanho. Apesar de tantas riquezas, viu-as serem saqueadas por interesses estrangeiros na maior parte de sua História. A partir

dos anos 1950, com a Revolução Boliviana iniciada em 1952, vemos a tentativa do povo boliviano de retomar a sua riqueza e desenvolver econômica e socialmente o país. Mas, com a implementação do neoliberalismo a partir de 1985, este país vivenciou um processo de enfraquecimento da mineração e de crescente desemprego, com antigos operários indo para o campo. Nos anos 1990, em um cenário de privatizações e desindustrialização, existiu a transformação do gás natural no principal produto da pauta de exportações bolivianas. Neste momento é que começaram a realização de intensos investimentos da Petrobras na Bolívia e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil. Os anos 2000 são palco da retomada das mobilizações populares e pela defesa do gás, entrando em choque com os interesses da Petrobras. Temos, assim, um país intensamente marcado pelos interesses estrangeiros em suas riquezas naturais, mas também por um povo consciente de suas potencialidades e disposto a defendê-las.

No Capítulo: Política externa brasileira: relação com a Bolívia, analisamos a política externa brasileira desde o início dos anos 1990 até as ações internacionais do governo Lula. Para isso, trabalhamos com a política de integração regional e suas variações ao longo do tempo e pontuamos que a inserção brasileira no cenário internacional foi marcada pela formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e depois, ainda nos anos 1990, pelas negociações com os Estados Unidos para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto este que, se fosse viabilizado, enfraqueceria o fortalecimento nacional do Brasil. Com o fim da ALCA e o posterior enfraquecimento da hegemonia norte-americana, dedicamo-nos à potencialidade da dinâmica subimperialista do Brasil com o projeto de integração regional da América do Sul.

No Capítulo intitulado de Nacionalização do gás e a crise nas relações entre Brasil e Bolívia, tratamos da crise na relação entre o Brasil e a Bolívia gerada pela nacionalização dos hidrocarbonetos realizada pelo governo de Evo Morales em 2006. Como fonte de pesquisa, utilizamos, em princípio, o decreto da nacionalização, que demonstra a intenção do governo em promover a reivindicada soberania, bem como a retomada de suas riquezas naturais. A partir desse fato, debruçamo-nos sobre depoimentos de autoridades brasileiras, como Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores, e do Presidente Lula, além de comunicados oficiais de negociações entre os dois países. Estas fontes tornam mais clara a postura do governo em relação à Bolívia e à nacionalização do gás e, principalmente, a importância da integração regional da América do Sul para a concretização da política subimperialista brasileira.

Encerrando a análise aqui empreendida, nas considerações finais, buscamos relacionar os temas trabalhados ao longo do artigo, proporcionando os ajustes e as ligações necessárias para a compreensão do tema proposto.

## 2 Bolívia: Passado e presente

A Bolívia tem como parte de seu passado a grandiosidade das minas de prata de Potosi durante o domínio espanhol e, como escreveu Eduardo Galeano, teve suas “veias abertas” pela dura exploração do colonizador ávido por prata, o qual destinava as populações originárias (indígenas) a cruéis condições de trabalho e uma vida completamente diferente do que estas tinham antes da chegada dos espanhóis nos Andes. Esta mesma Bolívia, depois no século XX, foi uma das maiores produtoras de estanho do mundo e, mesmo assim, os trabalhadores e indígenas ficaram alijados da vida política e cultural em uma sociedade que guardava os privilégios de uma democracia restrita para os “barões do estanho”, representantes da grande mineração e para a oligarquia rural que detinha o grosso das propriedades rurais do país. Esta Bolívia, como vemos, passou por séculos de exploração econômica, política e social na segunda metade do século XX, dando um salto histórico de consciência e organização.

Esse país foi sacudido por uma Revolução que começou em 1952, uma Revolução que começou como mais uma tentativa de golpe de estado, como tantos que ocorreram durante a existência da república, mas que se transformou em uma insurreição armada dos trabalhadores urbanos de La Paz e dos operários mineiros bolivianos. Desse modo, começou assim um novo capítulo na história boliviana. Como fruto dessa Revolução, ocorreu a fundação da Central Operária Boliviana (COB) em abril de 1952, além de medidas estruturais essenciais para o país, tais como: a nacionalização das minas de estanho, a aplicação de uma Reforma Agrária e a conquista de medidas democráticas básicas, antes inexistentes em um país completamente marcado pelo poder de uma oligarquia que oprimia econômica e culturalmente, sobretudo as populações indígenas. A Revolução Boliviana, em última instância, foi comandada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido que lideraria a estabilização da situação política do país. Não podemos nos esquecer de que isso tudo ocorreu nos anos 1950, anos que foram cruciais para a conformação da Guerra Fria, e que a Bolívia era uma área que deveria estar na esfera de influência dos Estados Unidos. Assim, esse processo foi derrotado, mas o país viveria um desenvolvimento econômico mais aprofundado do que na era anterior, sobretudo pela melhoria na situação da mineração e pelo processo de desenvolvimento industrial ocorrido nesse período. Em 1964, a Bolívia acabou vivendo um golpe militar que a colocou com outros vários países, dentre eles Brasil, Argentina, Uruguai, e depois Chile, no mapa das Ditaduras Militares da América Latina.

A Bolívia viveu um período de ditadura civil-militar, que foi de 1964, ano do golpe, a 1982. Sucederam-se no poder uma série de governos de curta duração que levaram a cabo uma política de reformas econômicas conservadoras. A guerrilha que estava começando a

ter mais força, em 1967, com a captura de Ernesto Che Guevara, na selva boliviana, toma um duro golpe. Em 1971 aumenta a repressão e o regime se endurece ainda mais, capitaneado pelo Coronel Hugo Banzer. Somente no início de década de 1980 começa a reabertura democrática no país, com a eleição de Hernán Siles Suazo, em 10 de outubro de 1982.

O ano de 1985 foi simbólico para a Bolívia por representar o início do governo de Victor Paz Estenssoro, dirigente do MNR, o mesmo partido dos governos da Revolução dos anos 1950 voltou ao poder no regime democrático e, como uma das ironias da história, coube a seu governo iniciar a implementação do modelo neoliberal no país, como aponta Julia Gomes e Souza:

Durante o governo de Victor Paz houve o lançamento do pacote de ajuste estrutural denominada de Nova Política Econômica (NPE), instituída através do Decreto Supremo número 21060 da Presidência da República. A NPE sustentou-se em três eixos principais: “o choque inflacionário; a liberalização interna e externa dos mercados; e a reestruturação e diminuição do setor público (abriu-se o caminho para a privatização). (SOUZA, 2009, p. 01-02)

O início do projeto neoliberal trouxe danos enormes ao povo trabalhador boliviano devido, basicamente, a dois aspectos. Um deles foi o processo de privatização da mais importante empresa estatal de mineração, a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL). Essa privatização foi precedida por ajustes internos da empresa, que resultaram na demissão de 20 mil mineiros e no fechamento de uma série de minas. O outro duro ataque foi o início da flexibilização das relações de trabalho no país através do processo de terceirizações, bem como da instauração de contratos de trabalhos temporários. Esse processo foi um enorme golpe na COB, que teve o proletariado mineiro, diminuído e derrotado, como sua principal base de atuação. Isso causou um enfraquecimento dos movimentos sociais, que só seriam rearticulados com a força anterior no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

As políticas neoliberais foram aprofundadas durante os governos bolivianos dos anos 1990, sobretudo no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), justamente quando ocorreram as privatizações do setor de hidrocarbonetos. Essas medidas formariam a realidade que tornou possível a exploração estrangeira, através de grandes empresas multinacionais, das riquezas minerais bolivianas, sobretudo, o gás natural, como enuncia Julia Gomes e Souza:

A NPE foi aprofundada durante os governos que seguiram ao de Victor Paz Estenssoro. No primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), a política de privatizações chegou ao setor de hidrocarbonetos, fazendo da Petrobrás a maior investidora externa da Bolívia e deixando a exploração desses tipos de produtos nas mãos de empresas estrangeiras. É interessante ressaltar que foi nas últimas décadas que o gás natural se tornou o motor da economia boliviana. Com uma produção voltada para o

comércio exterior, o aumento na exploração dos hidrocarbonetos não significou a ampliação do consumo de energia per capita no país, nem tão pouco a redução dos preços desses produtos no mercado interno. As políticas de privatização seguiram a lógica da produção voltada para a exportação com base na desnacionalização de setores chaves da economia do país. (SOUZA, 2009, p. 03)

O crescimento dos investimentos da Petrobras na Bolívia está diretamente vinculado com a aplicação do modelo neoliberal naquele país. Como analisaremos mais adiante, este processo é um exemplo claro do que chamaremos de subimperialismo brasileiro. A Petrobras foi claramente beneficiada pelas políticas de privatização da estatal boliviana vinculada à exploração dos hidrocarbonetos, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), como descreve Luce:

A escalada dos investimentos e da presença da Petrobras na Bolívia foram concomitantes ao processo de privatização dos ativos da estatal boliviana YPFB (iniciado em 1996) e à construção do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que entrou em operação em 1999. Até 2006, a Petrobras importou gás boliviano abaixo dos preços de mercado e pagou royalties também considerados baixos. Essa expansão acentuada das atividades da companhia brasileira na região contou com o concurso da ação do Estado. (LUCE, 2007, p. 95)

Vemos assim que, no momento em que o modelo de privatização do Estado boliviano estava em seu auge durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, a Petrobrás — uma companhia multinacional mista em que existe controle acionário do Estado brasileiro, mas que conta com a participação de acionistas oriundos de setores privados da economia — aproveitou essa oportunidade para realizar pesados investimentos no setor dos hidrocarbonetos, sobretudo na exploração do gás natural. Justo o gás que se transformou, neste período da metade dos anos 1990 em diante, no principal produto da cadeia produtiva boliviana.

Não bastasse a verdadeira transferência das riquezas nacionais bolivianas, como o gás e o petróleo, para multinacionais como a Petrobras, ainda no governo de Sanchez de Lozada, inicia-se um processo de acordos com os Estados Unidos visando à erradicação do plantio da folha de coca. O problema é que, por causa do processo de desemprego causado pela crise da mineração, vários ex-operários urbanos foram para as regiões rurais tentar a vida no campo produzindo a tradicional e milenar folha de coca, de modo que este era o novo meio de sustento de todo um grande setor do povo boliviano, especialmente na região do Chapare e no Altiplano. Ou seja, esta política não apenas visava acabar com o plantio de um produto da agricultura, mas sim com o principal produto que deu sustento a uma imensa massa de trabalhadores desempregados por causa do neoliberalismo.

O governo, na tentativa da erradicação da coca, atuou de diferentes maneiras. Em alguns casos, utilizou a simples e brutal repressão com a utilização das Forças Armadas contra os camponeses, em outros, com o uso de agentes químicos sobre as áreas com a

planta e também houve oferecimento de financiamento para que os camponeses passassem a cultivar outras plantas. Mas o fato foi que nenhuma destas medidas teve resultados porque não eram suficientes no sentido de ganhar o apoio dos camponeses para a erradicação da folha de coca. Não podemos esquecer também que o cultivo e o uso da folha de coca estão arraigados na cultura popular boliviana desde os tempos pré-coloniais. A defesa da coca e dos camponeses, juntamente com a oposição às políticas governamentais, trouxe uma grande força para a união e a organização do movimento camponês. O movimento saiu deste processo como uma das principais forças políticas do país.

### **2.1 Anos 2000: Mobilizações populares e crise do neoliberalismo**

Os anos 2000 começaram com o fortalecimento dos movimentos sociais bolivianos que resistiam às políticas de ajuste estrutural neoliberais. Um processo marcante da crise do neoliberalismo na Bolívia foi a chamada “Guerra da Água”, que ocorreu provocada pela repercussão do projeto do governo de Hugo Banzer (1997-2001) de privatizar os serviços de fornecimento de água.

Em 1999, o governo boliviano decidiu seguir as recomendações do Banco Mundial e iniciar a privatização da empresa municipal de água de Cochabamba. O processo foi considerado suspeito desde o início, pois pela legislação boliviana seria preciso a presença de no mínimo três propostas concorrentes para que uma licitação fosse considerada válida. No caso da privatização da Sempa, apenas um consórcio apresentou-se, no caso o grupo “Águas de Tunari”, majoritariamente controlado pela empresa de engenharia norte-americana *Bechtel*. Simultaneamente foi aprovada uma nova Lei de Águas no Congresso, na qual os direitos da empresa concessionária eram garantidos e os usos e costumes tradicionais na coleta de água considerados ilegais. (SÁ; CHAVES; ARAUJO, 2009, p. 63)

Os questionamentos ao processo de privatização da água em Cochabamba resultaram na construção de um organismo dos movimentos sociais que resistiam a essa política. A Coordenadoria da Água surgiu com um polo que unificou todos os setores que participavam desta luta: operários urbanos, setores populares, camponeses e estudantes. As mobilizações em defesa da água marcaram os primeiros meses de 2000 e, finalmente em abril, a luta acabou vitoriosa com o recuo do governo, que foi forçado a parar a privatização. O projeto de implementação do neoliberalismo na Bolívia sofreu uma clara derrota e os anos que seguiram foram de mais crise para tal modelo econômico desse país. Além disso, a vitória da Guerra da Água colocou como centro da pauta a retomada das riquezas naturais e a luta contra a espoliação estrangeira. Nos anos seguintes, as batalhas seriam em torno da defesa do gás natural, ponto crucial nas relações econômicas entre Bolívia e Brasil.

Em 2003, tivemos um novo capítulo na História de mobilizações na Bolívia. O presidente Sanchez de Lozada, em seu segundo governo (2002-2003), tentou aplicar um

projeto de exportação do gás natural para os Estados Unidos através de portos chilenos. Esse projeto foi muito polêmico, não apenas por ser mais uma entrega de um valioso bem natural (o gás) diretamente para os Estados Unidos, mas também porque previa um acordo com o Chile de utilização de um porto chileno para fazer essa operação. O mesmo Chile que, no século XIX depois da Guerra do Pacífico (1879-1883), tomou da Bolívia a saída para o mar. Era duro demais para os movimentos sociais que viam a piora nas condições de vida do povo boliviano não se levantar contra esse projeto, mais ainda pelo fato do gás ser considerado o pilar para qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social para a maioria da população. O gás transformou-se, assim, não apenas no centro da pauta econômica, mas também no centro das disputas políticas da Bolívia neste início de século XXI, como analisa Souza:

Aqui é interessante destacar que a transformação do gás natural no principal produto de exportação da Bolívia (os hidrocarbonetos são responsáveis por cerca de 82% das exportações do país) ocorreu ao longo dos anos da aplicação da NPE. A privatização do setor possibilitou a entrada massiva de investimentos estrangeiros (saltando de 17% em 1982 para 70% em 2000), transformando a Bolívia em uma das economias mais internacionalizadas da América Latina. O contraste do ganho das empresas estrangeiras com a exploração dos hidrocarbonetos e a situação de miséria da grande maioria da população boliviana foi um fator importante para a organização das lutas contra o governo. A luta de resistência contra as medidas de Sánchez de Lozada assumiu uma proporção tal que levou a renúncia do presidente. (SOUZA, 2009, p. 5)

Assim surgiu a chamada “Guerra do Gás”, ou seja, um processo de intensas mobilizações populares que foram duramente reprimidas pelo governo boliviano. Estas resultaram em dezenas de mortos e na derrota política do governo de Sanchez de Lozada que foi forçado a renunciar. Este histórico de mobilizações levou o Estado neoliberal a uma dura crise, pois se, por um lado, houve a queda de presidentes, por outro, houve o fortalecimento dos movimentos sociais bolivianos. Outro resultado deste processo é a formulação da denominada “Agenda de Outubro”, que centralmente propunha como medidas a estatização dos hidrocarbonetos e a realização de uma Assembleia Constituinte. A “Agenda de Outubro” se transformou em uma grande síntese programática dos movimentos sociais que, de 2003 em diante, postaram-se claramente em ofensiva contra o projeto neoliberal.

Depois da renúncia de Sanchez de Lozada, assumiu a presidência o seu vice, Carlos Mesa. Este se comprometeu com uma agenda política de diálogo com os movimentos sociais. Em 2004, Mesa elaborou um projeto de lei dos hidrocarbonetos bem como uma proposta de referendo popular sobre a matéria. Uma questão interessante deste momento é o posicionamento do Movimento Al Socialismo (MAS), de Evo Morales. O MAS primeiramente apontou um apoio crítico ao governo de Mesa a partir de suas posições no Parlamento, como apresenta a citação abaixo:

Morales opunha-se à proposta de criar uma junta revolucionária que governaria o país, nacionalizando o gás e convocando a Assembléia Constituinte. Mesmo correndo o risco de perder legitimidade junto às bases, o MAS inicialmente defendeu a proposta presidencial de taxaçoão em 50% sobre a exploraçoão de hidrocarbonetos, ao passo que os demais movimentos sociais mantinham-se intransigentes, não admitindo uma cobraça inferior a 82% (50% em impostos e 32% em *royalties*). As petroleiras ameaçavam abandonar o país e cobrar indenizaçoões milionárias caso seus interesses fossem afetados. Políticos e empresários de direita, aproveitando a relativa calma, voltavam à cena para alertar sobre a catástrofe econômica que poderia vir com o fim dos investimentos privados estrangeiros. Diante da manutenção do impasse e das crescentes pressões em direçoões contrárias, Mesa decidiu convocar um plebiscito nacional para que os bolivianos decidissem o que fazer com suas reservas hidrocarbúrficas. (SÁ; CHAVES; ARAUJO, 2009, p. 83)

Mesmo depois de ser criticado tanto pela esquerda como pela direita, o referendo ocorreu e o povo, com mais de 85% dos votos a favor da recuperaçoão dos recursos naturais, deu um claro recado de que desejava romper com o passado colonial e passar a defender as riquezas do país como uma forma de construçãoo de uma nova Bolívia. O ano de 2005 começou como uma retomada das lutas populares. Em El Alto, a FEJUVE (Federación de Juntas Vecinales) — entidade das associaçoões de moradores desta importante cidade da região metropolitana de La Paz — realiza mobilizaçoões pelo fim do contrato de serviços de fornecimento de água e serviços de saneamento básico pela multinacional Suez-Lyonesse des Eaux, bem como pela estatizaçoão imediata dos hidrocarbonetos. Durante os meses de maio e junho de 2005, uma intensa jornada de lutas parou a Bolívia.

Os movimentos sociais se fortaleceram defendendo duas grandes bandeiras de luta: a defesa da nacionalizaçoão dos hidrocarbonetos (gás natural e petróleo) e a instalaçoão de uma Assembleia Nacional Constituinte. O governo do presidente Mesa ficou enfraquecimento politicamente devido as suas indefiniçoões políticas e foi colocado em uma situaçoão insustentável com as mobilizaçoões populares que tomaram as ruas das principais cidades bolivianas. Com isso, Mesa renunciou e, finalmente em dezembro de 2005, realizaram-se as eleiçoões presidenciais que determinaram a vitória de Evo Morales, candidato à presidência pelo MAS, com mais de 54% dos votos.

A vitória eleitoral de Evo Morales deve ser compreendida como um dos capítulos do processo político revolucionário que marcou a Bolívia nestes anos 2000. Um país periférico com grandes riquezas naturais, com um passado de intensa espoliaçoão e que, através das mobilizaçoões populares, colocou em crise um Estado neoliberal extremamente radical em suas açõões. O neoliberalismo radical boliviano foi proporcional à radicalidade das grandes batalhas do seu povo. A exemplo da Guerra da Água, em que as mobilizaçoões foram contra a privatizaçoão deste bem público essencial para a vida da populaçoão. Também na Guerra do Gás, que foi contra a espoliaçoão dos hidrocarbonetos tão abundantes na Bolívia, mas que o

resultado de sua exploração significava o poder de grandes multinacionais como a Petrobras e nenhuma reversão da riqueza do gás em melhorias sociais para a maioria povo boliviano.

### **3 Política externa brasileira e a relação com a Bolívia**

Para realizarmos uma análise efetiva da política externa brasileira em relação à Bolívia, no que diz respeito às atitudes do governo brasileiro pós-nacionalização do gás boliviano no ano de 2006, faz-se necessário um resgate histórico que aborde o caminho percorrido pelas relações internacionais do Brasil nos últimos anos. Neste sentido, a integração sul-americana possui demasiado peso na história, tornando-se um fator muito importante desde os anos 1990 aos dias atuais. O peso estratégico que foi dado a esta integração teve variantes durante este período e, dentro deste contexto, a importância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Estado brasileiro, medida que foi realizada por Fernando Henrique Cardoso ainda como Ministro do governo de Itamar Franco, ou seja, nas palavras de Vizentini:

O caráter da política externa desenvolvida no governo de FHC sinaliza para a instauração de novos projetos e parcerias para o Brasil, sem definir claramente o paradigma estratégico pelo qual está orientado. Fernando Henrique Cardoso, enquanto ministro das Relações Exteriores (outubro de 1992 a maio de 1993), deu início à substituição da ênfase na América Latina pela América do Sul delimitando uma nova esfera geográfica de política regionalista. (VIZENTINI, 2003, p. 95)

O tema da integração sul-americana tornou-se um dos maiores objetivos da política externa brasileira e, dentro deste patamar, devemos pensar as relações políticas e econômicas entre Brasil e Bolívia. Como alicerce econômico dessa relação, podemos ver, já em março de 1993, que existe a assinatura de um acordo bilateral com a Bolívia para a compra de gás natural boliviano por meio de gasoduto. Segundo Vizentini (2003, p. 87), “A Bolívia deveria fornecer gás natural ao Brasil, bem como facilitar a adesão de outros países da Comunidade Andina”. Naquele momento, as intenções brasileiras eram fortalecer o Mercosul com uma aproximação com a Bolívia, Peru e Chile. É interessante a importância do gás naquele momento para a consolidação de uma relação econômica que teve seu símbolo com a construção do gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil no final dos anos 1990. Mas é essencial lembrar que, mesmo no passado, as relações bilaterais entre os dois países já envolviam os hidrocarbonetos como deixam claro Marco Cepik e Marcos Carra.

As relações bilaterais entre o Brasil e a Bolívia desde a Guerra do Chaco sempre envolveram pelo menos em parte a questão dos hidrocarbonetos, tendo como marcos o Tratado de Roboré (1938), as Notas Reversais do Acordo de Roboré (1958) e os acordos sobre gás (1993). Em 1996, já durante o Governo Fernando Henrique, a Petrobras e a YPFB acertaram os termos finais do contrato que previam o fornecimento de gás por 20 anos

em um volume máximo de 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Ambas as partes comprometeram-se em construir um gasoduto de 3.150 km entre os dois países (557 km do lado boliviano e 2.593km do lado brasileiro). O acordo foi criticado, sobretudo porque à época ainda não se conhecia o tamanho real das reservas de gás bolivianas, então calculadas em 800 bilhões de m<sup>3</sup> e estimadas em 1,27 trilhão m<sup>3</sup>, sendo que, conforme a Petrobras, 368 bilhões m<sup>3</sup> eram necessários para cobrir os compromissos assumidos. (CEPIK; CARRA, 2006, p. 3).

O formato atual da política externa só foi possível pelo fracasso da tão planejada, porém não realizada, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Este projeto, que foi pensado pelo governo americano durante os anos 1990, acabaria com qualquer hipótese de independência nacional e de protagonismo do Brasil no sistema internacional, defendendo um projeto de multilateralismo nas relações internacionais. Neste tema, o governo FHC ajudou a colocar um pé no freio nas negociações da ALCA, provavelmente devido às contradições entre setores burgueses nacionais e o protecionismo americano, ou seja, como afirma Moniz Bandeira:

Fernando Henrique Cardoso deixou claro que o Brasil somente haveria de aderir a ALCA se fosse conveniente para os seus interesses. Na verdade, não mostrou nenhum entusiasmo pela formação dessa área de livre comércio, pois duvidava de que os Estados Unidos viessem realmente a permitir que os produtos brasileiros, tais como suco de laranja, aço, sapatos e outros entrassem livremente no mercado americano. (BANDEIRA, 2004, p. 210)

Com o fim do projeto da ALCA, o governo Lula pôde atuar mais firmemente para fortalecer o Mercosul e também para trazer à sua órbita de influência os países da comunidade andina e o Chile, este último com mais dificuldade, a partir de uma estratégia de integração. Portanto, o primeiro governo de Lula aplica medidas de continuidade com o final do governo de FHC, claramente tentando trazer uma roupagem de soberania e desenvolvimento nacional para a política externa, assim:

Na prática, foi iniciado um aprofundamento das iniciativas do final do governo FHC, que havia intensificado uma agenda pró- América do Sul- e particularmente Mercosul - como forma de contornar a crise em que este último se encontrava e o esgotamento do seu rumo inicial neoliberal da abertura descuidada e negociações sem as devidas compensações. Assim era importante para o novo governo uma retomada do poder de negociação e barganha comprometida com um processo de desenvolvimento nacional, o qual havia sido perdido durante a década de 1990, lançando mão do processo de integração, única forma de se alcançar significativa envergadura em face dos principais atores internacionais e de se afirmar uma política de desenvolvimento e autonomia que fosse além da retórica. (VIZENTINI, 2003, p. 105-106)

A política externa de Lula aponta para um fortalecimento da dinâmica de integração com a América do Sul. Um passo importante neste sentido foi, além do fortalecimento do Mercosul, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A UNASUL é uma

iniciativa política conjunta entre todos os países da América do Sul e tem grande potencial, se pensarmos uma integração que seja de fato solidária, entre países que possuem diferentes potenciais produtivos e energéticos, além de uma agenda de problemas sociais semelhantes.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) está constituída pelos doze países da América do Sul. Teve sua origem em 2004, com a criação da “Comunidade Sul-americana de Nações”, na III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cusco, Peru. Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-americana (Isla Margarita, Venezuela), decidiu-se adotar o nome “União de Nações Sul-Americanas”, denotando o elevado grau de compromisso que se pretende alcançar.

A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

O Tratado Constitutivo do organismo foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Entrará em vigor após a ratificação por pelo menos nove dos países signatários.

Segundo dispõe o texto do Tratado, os seguintes órgãos compõem a estrutura institucional da Unasul: a) Conselho de Chefes de Estado e de Governo; b) Conselho de Ministros das Relações Exteriores; c) Conselho de Delegados; e d) Secretaria Geral. Está prevista ainda a constituição de Conselhos de nível Ministerial e Grupos de Trabalho. Com a exceção da Secretaria Geral, essas instâncias já se encontram em plena atividade.

Além dos Conselhos de Chefes de Estado, Ministros das Relações Exteriores e Delegados, foram criados sete Conselhos Ministeriais setoriais, que promovem a integração e cooperação nas áreas de: energia; saúde; defesa; infra-estrutura e planejamento; desenvolvimento social; luta contra o narcotráfico; e educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação.

A UNASUL conta com uma Presidência Pro Tempore (PPT), que alterna a cada ano, seguindo a ordem alfabética dos países membros. O Equador exerce a PPT desde 10/08/09. O próximo país a assumir a PPT, em agosto de 2010, será a Guiana. (BRASIL, 2010b)

Dentro de um quadro de maior protagonismo brasileiro no cenário internacional, o governo Lula guarda alguns posicionamentos contraditórios no sentido de sua posição frente ao governo dos EUA. Se, por um lado, o governo brasileiro foi contrário à invasão americana no Iraque (2003), meses depois, aceitou a tarefa de mandar soldados brasileiros para o Haiti (2004) que longe de apenas levar ajuda humanitária, garantiu uma estratégia de belicosidade que atendeu aos interesses imperialistas americanos. Conforme o relato de um soldado do primeiro contingente brasileiro em missão de paz no Haiti:

É obvio que a violência das milícias que fomos combater é causada por um problema estrutural que nada tem a ver com qualquer coisa que um Exército possa fazer. Acho que a missão da ONU, liderada pelo Brasil ou por quem

quer que seja, pode ficar dez ou vinte anos no Haiti que nada vai mudar de fato, se não houver um trabalho consciente de transformação social. Infelizmente, nada disso está no horizonte, até porque as missões de paz sempre devem ser neutras, o que é uma bobagem, claro: fomos lá para garantir a continuidade de um tipo de paz que foi imposta pelos Estados Unidos e interessava sobretudo a eles. Alguém tem dúvida? (RUPPENTHAL, 2007, p. 84)

Atualmente ainda existe um grande efetivo de soldados brasileiros neste país, principalmente depois do terremoto ocorrido em janeiro deste ano (2010), que comoveu os países a ajudarem na reconstrução do Haiti, portanto não temos notícia de quando as forças armadas do Brasil deixarão o país.

Assim sendo, o governo Lula atuou na maioria dos momentos para fortalecer um cenário de multipolaridade no sistema internacional, ou seja, fortalecer fóruns e interlocutores, o que significou muitas vezes não dizer sim a todas as iniciativas políticas e econômicas dos EUA. Um exemplo importante dessa política, e objeto de estudo do presente trabalho, foi a postura brasileira frente à nacionalização do gás boliviano, que desagradou inclusive setores da burguesia brasileira, o que analisaremos mais profundamente no próximo capítulo. Outro exemplo é a relação entre o governo brasileiro e o governo do Irã. Também é fato importante e recente da política externa brasileira, o rechaço ao golpe de direita aplicado em Honduras, em que o Brasil recebeu em sua embaixada o presidente eleito Zelaya. Temos aí um jogo político muito interessante, no qual, através de sua política externa, o governo Lula atua de forma que não se rompam os laços com o governo americano, ao mesmo passo em que dá tintas de multilateralismo e protagonismo brasileiro, inéditos na História.

Do ponto de vista da política externa, vimos que o Brasil passou por um caminho que vai desde uma aposta na defesa explícita da abertura econômica e de negociações de projetos como a ALCA a uma crescente valorização da integração regional, com o fortalecimento do Mercosul e da busca de aliança com os países da América do Sul como um todo. Na fase atual do cenário e da política externa do Brasil, esta tende a beneficiar os setores econômicos dominantes brasileiros que veem esse protagonismo apenas como grandes oportunidades de negócios, vide exemplo da construtora Odebrecht no Equador, da Friboi e Marfrig que se apoderaram dos principais frigoríficos da Argentina e do Uruguai e da Companhia Vale do Rio Doce e o Grupo Votorantin no setor de mineração do Peru.

Analisando a situação das relações econômicas entre empresas brasileiras, como a Petrobras, e a economia boliviana, vemos que existe a possibilidade de apontarmos o Brasil também como uma potência subimperialista. Seu foco de atuação primordial está nos países da América Latina ou, como a diplomacia brasileira atualmente denomina como eixo de atuação a América do Sul, talvez como forma de não desagradar o imperialismo norte-americano.

### **3.1 Brasil: uma potência subimperialista**

O Brasil se consolidou nos últimos anos como uma das maiores economias do mundo, ocupando uma posição importante no panorama geopolítico internacional. Isso se deve, em primeiro lugar, ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos.

O resultado líquido de toda a política externa de Bush foi acelerar o declínio da hegemonia norte-americana, mais do que invertê-lo, como se pretendia. O mundo adentrou uma divisão geopolítica do poder multilateral e relativamente desestruturada, com uma quantidade de centros de poder de força variável manobrando por vantagens – Os Estados Unidos, o Reino Unido, a Europa Ocidental, a Rússia, a China, o Japão, a Índia, o Irã, o Brasil, pelo menos. Não há qualquer superioridade esmagadora – econômica, política, militar ou ideológico-cultural – de nenhum desses centros. E não há nenhum forte conjunto de alianças no momento, embora seja provável que ele venha a existir. (WALLERSTEIN, 2009, p. 74).

Neste cenário multilateral, o Brasil, na disputa por protagonismo, estabeleceu suas empresas nos países vizinhos latino-americanos. Como a economia brasileira está com seu poderio reforçado e com suas empresas disputando mercado nos países vizinhos, este processo amplia as assimetrias entre as economias da região. De forma desigual e com a política de livre concorrência de mercado o atual projeto de integração da América do Sul tem gerado grandes lucros brasileiros no mercado sul-americano, podendo ser verificado na balança comercial brasileira disponível no sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esta posição subimperialista, de intermediador de poder com o imperialismo norte-americano ocorre de forma dependente ao capitalismo mundial, sendo este controlado pelas grandes multinacionais e instituições financeiras.

## **4 Nacionalização do gás e a crise nas relações entre Brasil e Bolívia**

Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar como foram as respostas brasileiras frente à decisão do governo boliviano, chefiado por Evo Morales, de nacionalizar os hidrocarbonetos (gás natural e petróleo) existentes no território daquele país. Para isso, analisaremos a política externa brasileira dos últimos anos com o objetivo de compreender a relação construída entre o Brasil e a Bolívia. Utilizaremos como fontes de pesquisa as declarações oficiais do governo brasileiro e também de membros da diplomacia brasileira durante o ano de 2006, tais como o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim; do Assessor Especial da Presidência da República do Brasil, Marco Aurélio Garcia e do próprio Lula, Presidente da República.

Esta análise parte do pressuposto de reconhecer que estes dois países, apesar de serem vizinhos, cumprem papéis distintos no sistema internacional e que o caso da nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia denota um ponto chave dessa relação díspar entre estes dois países.

A Bolívia tem como principal produto de sua pauta de exportações exatamente o gás, que, por sua vez, tem o Brasil como o seu maior comprador, ou melhor, as indústrias brasileiras localizadas no centro sul do país. Boa parte da produção industrial do estado de São Paulo utiliza como matriz energética o gás natural boliviano.

**Tabela 1**

Participação do gás boliviano no consumo de gás dos estados brasileiros — 2007

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO %
Rio Grande do Sul	70
São Paulo	75
Paraná	100
Santa Catarina	100
Mato Grosso do Sul	100
Mato Grosso	100

FONTES: GASNET. **Suppliers Gás**. Disponível em:  
<[www.gasnet.com.br/novo\\_gasoduto/gasoduto/.ASP](http://www.gasnet.com.br/novo_gasoduto/gasoduto/.ASP)>. Acesso em: ago. 2010

Esta situação não se alterou substancialmente do ano de 2007 a 2010. Conforme a Diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Symone Araújo em notícia publicada no portal oficial do governo brasileiro:

O contrato com a Bolívia tem validade até 2019. O gás boliviano atende à Região Centro-Oeste e aos três estados do Sul. São Paulo e Minas Gerais são atendidos tanto pelo gás boliviano quanto pelo gás nacional. "Qualquer país que deseja o crescimento do seu mercado", disse a diretora, "diversifica suas fontes de energia. Hoje, o Brasil tem este contrato com a Bolívia, além de outros dois terminais de gás para exportação. Continuar com a importação do gás da Bolívia é estratégico para o Brasil e para a integração energética do continente". (BRASIL, 2010a)

Dessa forma, o Brasil não é apenas um comprador do gás e petróleo boliviano, mas também se configura como o maior investidor capitalista daquele país, através da Petrobras e de um conjunto de empresas brasileiras que realizaram investimentos, como descreve Luce:

A Bolívia é o caso mais emblemático que traduz o subimperialismo brasileiro na atualidade. Ao longo dos 10 anos que marcaram a criação da Petrobrás Bolívia (1996) e a nacionalização dos hidrocarbonetos decretada pelo governo de Evo Morales (2006), a Petrobrás afirmou-se na condição de maior empresa em atividade na Bolívia. Quando da chegada de Morales à presidência, a companhia detinha 45,9 % das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo, além de controlar etapas de toda a cadeia de hidrocarbonetos (prospecção, exploração, refino, distribuição e comercialização). Na atividade de refino, por exemplo, a empresa detinha o controle de 100%, na condição de proprietária das

refinarias de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, adquiridas em 1999, em consórcio com a empresa argentina Perez Companc. (LUCE, 2007, p. 95)

Os números apontados por Luce deixam claro o peso adquirido pela Petrobras na economia boliviana. Este processo ocorreu durante o auge de aplicação do modelo neoliberal na Bolívia, quando o gás natural se transformou no principal produto do país. Diante das mobilizações populares que derrubaram presidentes e colocaram na pauta política a nacionalização dos hidrocarbonetos, a situação dos investimentos da Petrobras entrou em um período de dificuldades no início de 2006. Nesse período, o governo de Evo Morales também estava com problemas diante das expectativas de mudanças acalentadas pelo povo boliviano. Nesse contexto, ocorreu no dia internacional dos trabalhadores (1º de maio de 2006), com toda a simbologia da data, a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, através de um decreto presidencial.

#### 4.1 O Decreto de Nacionalização dos Hidrocarbonetos

DECRETO SUPREMO Nº 28701

EVO MORALES AYMA

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPUBLICA

“HEROES DEL CHACO”

CONSIDERANDO:

**Que en históricas jornadas de lucha, el pueblo ha conquistado a costa de su sangre, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarburífera vuelva a manos de la nación y sea utilizada en beneficio del país.**

Que en el Referéndum Vinculante de 18 de julio de 2004, a través de la contundente respuesta a la pregunta 2, el pueblo ha decidido, de manera soberana, que el Estado Nacional recupere la propiedad de Todos los hidrocarburos producidos en el país.

Que de acuerdo a lo expresamente dispuesto en los Artículos 136, 137 y 139 de la Constitución Política del Estado, los hidrocarburos son bienes nacionales de dominio originario, directo, inalienables e imprescriptibles del Estado, razón por la que constituyen propiedad pública inviolable.

**(...) Que el llamado proceso de capitalización y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPF ha significado no sólo un grave daño económico al Estado, sino además un acto de traición a la patria al entregar a manos extranjeras el control y la dirección de un sector estratégico, vulnerando la soberanía y la dignidad nacionales.**

**Que de acuerdo a los Artículos 24 y 135 de la Constitución Política del Estado, todas las empresas establecidas en el país se consideran nacionales y están sometidas a la soberanía, leyes y autoridades de la República.**

**Que es voluntad y deber del Estado y del Gobierno Nacional, nacionalizar y recuperar la propiedad de los hidrocarburos, en aplicación a lo dispuesto por la Ley de Hidrocarburos.**

(...) Que Bolivia ha sido el primer país del Continente en nacionalizar sus hidrocarburos, en el año 1937 a la Standar Oil Co., medida heroica, que se

tomó nuevamente en el año 1969 afectando a la Gulf Oil, correspondiendo a la generación presente llevar adelante la tercera y definitiva nacionalización de su gas y su petróleo.

**Que esta medida se inscribe en la lucha histórica de las naciones, movimientos sociales y pueblos originarios por reconquistar nuestras riquezas como base fundamental para recuperar nuestra soberanía.**

Que por lo expuesto corresponde emitir la presente disposición, para llevar adelante la nacionalización de los recursos hidrocarburíferos del país. (BOLÍVIA, 2006)

O texto acima, que apresenta as justificativas do decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, coloca a medida em uma perspectiva histórica e, assim, pontua a importância deste ato na história da Bolívia. O título do decreto “Heróis do Chaco” remete diretamente a Guerra do Chaco (1932-1935) em que a Bolívia enfrentou o Paraguai e perdeu milhares de combatentes. Essa Guerra despertou um sentimento nacionalista importante, sobretudo no exército que deu origem a primeira nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia, em 1937. Nesse caso, foram afetados os interesses da empresa Standard Oil. Também foi lembrada no decreto a segunda nacionalização, ocorrida em 1969, que afetou a empresa Gulf Oil. Existe também um julgamento histórico e político do que significaram as políticas de privatização do petróleo e do gás que entregaram as principais riquezas bolivianas em mãos de multinacionais.

O histórico da exploração de petróleo e gás natural em território boliviano apresenta uma estreita relação com o sistema político do País e suas diversas crises ao longo dos anos. Vale notar-se que, a cada regime adotado, a regulamentação das atividades petrolíferas também é alterada: em 1936, durante o período nacionalista de David Toro, nacionalizou-se a Standard Oil. Com tantos problemas políticos, econômicos e sociais e junto com a onda neoliberal dos anos 90 que varreu a América Latina, a privatização das empresas estatais e seus recursos naturais fizeram com que a Bolívia entrasse no foco das atividades de exploração de gás natural em todo o mundo. Diante da pressão social e das contínuas crises econômicas e políticas, o regime neoliberal mostrava-se falho, e o povo boliviano, com ampla maioria, elegeu o nacionalista Evo Morales como Presidente de seu país, sendo uma nova legislação implantada: renacionalização dos recursos naturais, assim como das propriedades das empresas que lá atuam. (DUARTE; SARAIVA; BONÉ, 2008, p. 95)

O peso simbólico do decreto também está na passagem do texto que coloca a medida da nacionalização como ponto chave da luta histórica das nacionalidades indígenas e dos movimentos sociais na busca da reconquista das riquezas naturais bolivianas como forma de recuperar a soberania nacional.

Selecionamos os artigos do decreto de nacionalização que, em nossa opinião, são os principais. Eles estabelecem:

**ARTICULO 1.-** En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país.

**El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.**

**ARTICULO 2.-**

**I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos YPFB, toda la producción de hidrocarburos.**

**ARTICULO 3.-**

**I Sólo podrán seguir operando en el país las compañías que acaten inmediatamente las disposiciones del presente Decreto Supremo, hasta que en un plazo no mayor a 180 días desde su promulgación, se regularice su actividad, mediante contratos, que cumplan las condiciones y requisitos legales y constitucionales. Al término de este plazo, las compañías que no hayan firmado contratos no podrán seguir operando en el país.**

**II. Para garantizar la continuidad de la producción, YPFB, de acuerdo a directivas del Ministerio de Hidrocarburos y Energía, tomará a su cargo la operación de los campos de las compañías que se nieguen a acatar o impidan el cumplimiento de lo dispuesto en el presente Decreto Supremo.**

**ARTICULO 4.-**

**I. Durante el período de transición, para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido superior a los 100 millones de pies cúbicos diarios, el valor de la producción se distribuirá de la siguiente forma: 82% para el Estado (18% de regalías y participaciones, 32% de Impuesto Directo a los Hidrocarburos IDH y 32% a través de una participación adicional para YPFB), y 18% para las compañías (que cubre costos de operación, amortización de inversiones y utilidades).**

**ARTICULO 7.-**

**I. El Estado, recupera su plena participación en toda la cadena productiva del sector de hidrocarburos.**

**II. Se nacionalizan las acciones necesarias para que YPFB controle como mínimo el 50% más 1 en las empresas Chaco SA., Andina SA., Transredes SA., Petrobrás Bolivia**

**Refinación SA. y Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia SA.**

Segundo o decreto, a partir de sua publicação, a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assumiu o controle da exploração dos hidrocarbonetos. A YPFB passou a definir as condições de venda e produção do gás natural e do petróleo. O controle dos campos de exploração de petróleo e gás passou também para o controle da YPFB. Foi fixado um prazo de 180 dias para que as empresas estrangeiras, que atuavam no setor, regularizassem a sua situação na Bolívia.

Outro ponto fundamental do decreto ditava que 82% do valor de produção dos hidrocarbonetos ficariam com o governo e apenas 18% ficariam com as empresas multinacionais. Segundo o governo boliviano, esse valor cobriria os custos de operação e amortização dos investimentos.

Com o decreto de nacionalização, a situação da Petrobras na Bolívia começou a viver um período de mudanças e de crise das perspectivas de futuro dos investimentos da empresa nesse país. Este é um dos principais alicerces econômicos para as respostas políticas dos representantes da Petrobras nesse processo. A diplomacia brasileira teve o desafio de empreender ações que defendessem os interesses econômicos da Petrobras, mas ao mesmo tempo ter respostas que mantivessem boas relações internacionais com a Bolívia no que diz respeito às questões mais amplas do processo de integração da América do Sul.

#### **4.2 As respostas brasileiras frente ao desafio da nacionalização boliviana**

O decreto boliviano de nacionalização dos hidrocarbonetos foi o principal assunto econômico e político do dia 1º de maio de 2006. Teve ampla e instantânea repercussão o gesto do presidente Evo Morales de utilizar tropas das forças armadas bolivianas para ocupar as refinarias e instalações das empresas multinacionais que atuavam no ramo dos hidrocarbonetos na Bolívia. Afinal, era o primeiro dia internacional dos trabalhadores do novo governo do MAS, e a nacionalização dos hidrocarbonetos começou a ser implementada. Boa parte da imprensa começou, no primeiro dia do decreto, a cobrar atitudes firmes do governo brasileiro. Desta feita, vejamos como o Presidente Lula tratou deste assunto em discurso na Cerimônia de Abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho, em Brasília, no dia 3 de maio de 2006:

Durante muito tempo, vários países da América do Sul viam o Brasil com imperialismo. Digo sempre que, quando fomos construir Itaipu, a Argentina nos ameaçou com a bomba atômica, achando que Itaipu era para inundar Buenos Aires. Tivemos conflitos e mais conflitos em vários momentos de nossa história e eu, de vez em quando, chamo os meus companheiros presidentes à responsabilidade, porque muitas vezes eles ficam discutindo coisas que aconteceram no século XVIII, ou no século XIX, e eu falo: “pelo amor de Deus, nós somos a geração de governantes que tem que pensar no século XXI e não no século XIX ou no século XVIII, no que aconteceu. O que aconteceu já está cicatrizado, a gente não pode ficar remoendo, mexendo, para arrumar uns conflitos que foram resolvidos há 200 anos”.

(...) Estamos vendo a imprensa brasileira falar da crise Brasil/Bolívia e não existirá crise; existirá um ajuste necessário de um povo sofrido e que tem o direito de reivindicar ter maior poder sobre a maior empresa que tem.

Não vamos descobrir uma arma qualquer na Bolívia para justificar uma briga com a Bolívia. Faço política, eu aprendi a negociar muito antes de ser político. E as nossas divergências serão tiradas em torno de uma mesa, conversando. O fato de os bolivianos terem direito não significa negar o direito do Brasil, o que não pode é uma nação tentar impor a sua soberania sobre as outras sem levar em conta que o resultado final da democracia é o equilíbrio entre as partes. (...) O Brasil tem interesse na Bolívia e a Bolívia tem interesse no Brasil. (BRASIL, 2007a, p. 143-144)

Este discurso do presidente Lula dois dias depois da nacionalização boliviana dos hidrocarbonetos é simbólico de alguns traços importantes da política externa brasileira.

Primeiro existe uma tentativa de menosprezar a trajetória histórica da América do Sul onde o Brasil atuou firmemente para ampliar seu território e, assim, entrar em disputa com uma série de países, até mesmo com a própria Bolívia. É sintomática de uma postura subimperialista a busca do esquecimento de processos que consolidaram uma série de disparidades entre os países da região. O próprio Lula destaca a questão da polêmica ocorrida entre Brasil e Argentina no momento da construção da Hidrelétrica de Itaipu. O acordo da hidrelétrica consolidou uma posição de grande poder do Brasil frente ao Paraguai e preponderância enérgica frente à Argentina. O esquecimento deste passado onde “vários países da América do Sul viam o Brasil com imperialismo”, conforme as palavras do presidente Lula, certamente é fundamental para a política de integração sul-americana via a construção de consenso que vem sendo tomada pela diplomacia brasileira. Mas como um país como a Bolívia, convulsionado pelas mobilizações populares decorrentes da crise do neoliberalismo, pode esquecer seu passado e pensar um futuro diferente?

Outro aspecto do discurso de Lula é a crítica à imprensa brasileira, que tratou o tema da nacionalização boliviana como uma crise. Lula negou que existia uma crise entre Brasil e Bolívia dois dias depois do decreto boliviano. Talvez em uma tentativa de acalmar o clima das disputas internas brasileiras, já que naquele momento, em maio de 2006, já se debatia as eleições presidenciais daquele ano. Ao reivindicar uma negociação com a Bolívia, ele afirma que este é o melhor caminho para a resolução do impasse internacional. Porém, ao mesmo passo em que reconhece o direito à soberania boliviana de nacionalizar seus recursos naturais, coloca como trunfo o fato de que a Bolívia tem muitos interesses econômicos com o Brasil, dentre eles, a venda do seu gás natural; talvez por isso o otimismo e a firmeza na busca da negociação sobre o caso.

Porém o fato é que, apesar da negativa de Lula sobre a existência de uma crise nas relações internacionais da América do Sul, especialmente entre o Brasil e a Bolívia um dia depois (4 de maio de 2006) ocorreu uma reunião entre os Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. Desta reunião, resultou a seguinte Declaração firmada pelos Presidentes:

Os Presidentes da Argentina, Bolívia e Venezuela, reunidos em Puerto Iguazú, destacaram que a integração energética é um elemento essencial da integração regional em benefício de seus povos.

Nesse contexto, os Presidentes coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás, favorecendo um desenvolvimento equilibrado nos países produtores e consumidores.

Da mesma forma, destacaram que a discussão sobre os preços do gás deve dar-se num marco racional e equitativo que viabilize os empreendimentos.

Nesse espírito, coincidiram no aprofundamento dos diálogos bilaterais para resolver questões pendentes. Por outra parte, expressaram sua vontade de trabalhar pelo aprofundamento do MERCOSUL e para a consolidação da

integração sul-americana. Nesse sentido, ratificaram sua decisão de avançar no projeto do gasoduto do sul.

Coincideram na importância da unidade da região no diálogo com outros países e regiões e, nesse contexto, mencionaram a relevância do diálogo MERCOSUL-União Européia.

Por último, os Presidentes acordaram fomentar investimentos conjuntos a fim de favorecer o desenvolvimento integral da Bolívia.

Puerto Iguazú, 4 de maio de 2006. (BRASIL, 2007a, p. 355)

Esta reunião entre os presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela foi o primeiro momento de negociações oficiais entre os países. Da declaração podemos perceber que existem duas questões fundamentais. Primeiro, a defesa conjunta dos Presidentes do processo de integração regional e, com isso, a defesa de um dos aspectos mais importantes para a classe dominante brasileira que é o tema da integração energética da região, que o próprio consumo do gás natural boliviano e os negócios da Petrobrás na Bolívia com todas as suas contradições já faziam parte deste processo. Outro ponto é a enunciação de uma diretriz para as negociações sobre os preços do gás segundo o documento “a discussão sobre os preços do gás deve dar-se num marco racional e equitativo que viabilize os empreendimentos”. Neste aspecto, percebemos a razão para a aposta brasileira da saída negociada desta crise, porque viabilizar empreendimentos significou praticamente viabilizar os investimentos da Petrobras.

O caso da nacionalização boliviana instaurou uma interessante discussão sobre o processo de construção da política internacional do governo de Lula e da política de integração regional. Um momento público de explicitação dos pressupostos teóricos e políticos da política externa do governo brasileiro foi a participação do Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, na Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, no dia 9 de maio de 2006. Amorim falou sobre a relação entre o Brasil e a Bolívia e a situação do projeto de integração regional. Vejamos algumas passagens importantes da fala do Ministro:

Mas alguns comentários introdutórios eu creio que são importantes. O primeiro deles se refere à própria integração sul-americana, porque nós frequentemente lemos críticas à política externa que vem sendo praticada pelo Presidente Lula e que, na realidade, em muitos aspectos, é um aprofundamento de outras políticas que foram seguidas antes e que se inspiram, como eu dizia, em um preceito constitucional da integração latino-americana. (BRASIL, 2007a, p. 153)

Celso Amorim tratou de lembrar aos senadores que a política de integração sul-americana não deixa de ser uma variante de uma das diretrizes da política externa brasileira presente na Constituição Brasileira de 1988. Nesta existe, no artigo 4º, um parágrafo único com o seguinte texto: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Desse modo, Amorim tentou afastar a política de

integração da visão de que esta é uma política de governo, defendendo o texto da constituição que configura a integração da América Latina como uma política de Estado. Mas Amorim fez questão de mostrar os aspectos “práticos” da integração sul-americana:

Então, vejamos os dados do comércio com quatro países importantes. Haveria outros, a Argentina que, provavelmente, é mais importante do que qualquer outro desses no nosso relacionamento, mas, justamente, estou tomando outros que são menos tradicionais para demonstrar como a integração tem tido objetivos práticos, pragmáticos, e tem trazido resultados concretos para o Brasil. Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de pouco menos de US\$ 800 milhões – as nossas exportações. Era de cerca de US\$ 800 milhões em 2002, e chega em 2005 a US\$ 2,2 bilhões. É um aumento absolutamente espetacular. Mas não foi só com a Venezuela. Houve com a Colômbia também. Isso demonstra a pluralidade ideológica do comércio, como, aliás, tem que ser. Com a Colômbia, nossas exportações eram de US\$ 630 milhões e são hoje de US\$ 1,4 bilhões, mais do que o dobro, portanto. Com o Peru, eram US\$ 430 milhões e hoje são US\$ 932 milhões. E Chile, eram US\$ 1,4 bilhão, e hoje são US\$ 3,6 bilhões. Isso é apenas para ilustrar. Com a Argentina, era menos de US\$ 2,5 bilhões e hoje estamos exportando perto de US\$ 10 bilhões (naturalmente, em 2002 era em plena crise, de modo que a comparação pode não ser exata). (...) em um contexto em que nossas exportações crescem para o mundo inteiro e que batem recordes para os Estados Unidos e União Européia, a América Latina se tornou o nosso principal parceiro comercial. (BRASIL, 2007a, p. 154)

Assim, Amorim deixou claro que, em sua opinião, o processo de integração sul-americano não tem apenas objetivos ideológicos, mas sim objetivos “práticos” e “pragmáticos”, ou melhor, interesses econômicos de setores importantes da classe dominante brasileira. Os números relatados pelo Ministro Celso Amorim ressaltam a importância das relações empreendidas com países da América do Sul para economia brasileira. Se observamos a evolução das cifras das exportações brasileiras —, sobretudo com a Argentina, Chile, Colômbia e Peru — vemos que esta virada da política externa para a América do Sul significou vantagens nos negócios de uma série de empresas que se utilizaram das disparidades econômicas entre o Brasil e os outros países para adentrar na disputa de grandes fatias de mercado dos países vizinhos. A continuidade desse processo tende a levar a uma crescente hegemonia brasileira na região, certamente essa é uma das tendências econômicas que confirmam a dinâmica subimperialista da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI.

Mais especificamente sobre a Bolívia, Amorim explicou a posição brasileira frente às relações com a Bolívia. Um ponto relevante foi a lembrança da posição geográfica da Bolívia na América do Sul:

(...) a Bolívia é um parceiro estratégico para o Brasil. É a maior fronteira do Brasil. É o único país, creio eu, que tem fronteiras com quatro Estados brasileiros. Então, é um país com o qual nós teremos que nos integrar de uma forma ou de outra. (BRASIL, 2007a, p. 156)

Além de ser o país com quem o Brasil tem a maior fronteira, a Bolívia geograficamente encontra-se praticamente no centro da América do Sul. Para além da importância de suas riquezas minerais, a formação de um corredor econômico entre a costa atlântica e a costa do Pacífico depende da participação da Bolívia. Esta questão certamente pesou na escolha de uma política de negociação por parte do Brasil frente à nacionalização, como afirma Luce:

A razão dessa postura deve ser entendida pela importância conferida a relações amistosas com a Bolívia, dada sua importância no projeto de integração sul-americana. Não é só o gás que interessa. A posição geográfica da Bolívia é crucial nos planos da IIRSA, como espaço de trânsito no acesso ao Pacífico. (LUCÉ, 2007, p. 96)

Podemos perceber que, quando analisamos a política externa brasileira em relação à Bolívia, temos de levar em conta no mínimo dois focos de interesses brasileiros. Um é o gás natural, estratégico produto importado pelo Brasil e o outro a posição do território boliviano e sua importância para a concretização de uma integração sul-americana, também no terreno da integração física. Para fortalecer o processo de integração física da América do Sul, surgiu, no ano de 2000, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A IIRSA é composta pelos 12 países da América do Sul e tem como eixo de atuação a busca da integração física da região como forma de avançar no processo de integração regional. Seus objetivos são facilitar o intercâmbio comercial entre os países da região. Para o Brasil, a melhoria dos acessos aos mercados consumidores dos países vizinhos tem uma importância econômica fundamental, principalmente nos últimos anos. Outro fator da IIRSA é que, para a realização da integração física da América do Sul, é necessária uma série de grandes obras e, durante o governo Lula, o Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional (BNDES) passou a ser um dos principais agentes financiadores destas obras. Com isso, grandes empreiteiras brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, etc.) estão realizando obras de infraestrutura nos países sul americanos. Assim, configura-se mais uma forma de consolidação da hegemonia brasileira no processo de integração, entendendo hegemonia conforme Garcia (2010, p. 162): “A hegemonia forma-se com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual na sociedade civil.”

Para o processo de integração sul-americana, a relação com a Bolívia é estratégica. No depoimento de Amorim no Senado Federal é interessante o trecho reproduzido abaixo, sobre a relação entre Brasil e este país durante o governo de Lula:

Como foi a relação Brasil Bolívia nesse período? Já me referi aos acordos assinados quando o Presidente Sanchez de Lozada veio ao Brasil, um dos primeiros a ser recebidos em abril de 2003, e a relação foi constante com o Presidente Mesa, outros acordos assinados. Eu diria também que o Brasil

procurou sempre, nesse período, trabalhar pela estabilidade da Bolívia, dentro daquilo que nos é possível, sem nenhuma paranoia, sem nenhuma pretensão de que nós é que vamos determinar qual a realidade em um outro país; isso não é possível. (BRASIL, 2007a, p. 157)

Na passagem acima, fica claro que a diplomacia brasileira acompanhou o processo político boliviano dos anos 2000 e que as relações externas se mantiveram em todo o período na busca de uma proximidade entre os dois países. O governo Lula foi acusado por setores políticos da direita brasileira, e por boa parte da grande imprensa, de aliado de Evo Morales e também do presidente venezuelano, Hugo Chavez, os principais líderes do chamado “Processo Bolivariano”. Processo político este de busca de alternativas ao neoliberalismo e de independência política frente aos interesses dos EUA. Contudo, quando Amorim disse “trabalhar pela estabilidade da Bolívia”, podemos perceber a tentativa do Ministro de afastar o Brasil deste processo político de esquerda que ocorre na Bolívia e Venezuela. Os interesses brasileiros na estabilidade da Bolívia podem, na verdade, significar o desejo da manutenção dos antigos acordos com relação ao gás. Portanto, as mobilizações populares bolivianas foram contra os interesses da Petrobras na Bolívia.

Amorim afirmou que os dois temas principais na negociação com a Bolívia eram o preço e a garantia do fornecimento de gás:

Então, duas coisas fundamentais para nós. Primeiro: que o fornecimento de gás seja mantido. Acho que a própria lógica já diria que o fornecimento seja mantido, porque não há alternativa de venda, pelo menos a curto prazo, para a Bolívia; mas pelo menos, há uma garantia contra qualquer ação de outra natureza. E segundo: que a discussão sobre o preço tem que ser uma discussão racional, quer dizer, baseada em fatos. Ela não é uma discussão que pode ser baseada em elementos emocionais, ainda que eles fossem justificáveis. Ela tem que ser uma discussão racional e o preço tem que ser equitativo, mas tem que ser compatível. Tem que ser um preço que viabilize os empreendimentos. Em outras palavras, esse preço não pode ser elevado além de um patamar que torne inviável o funcionamento das indústrias de São Paulo ou das termelétricas que existam no caminho, ou aquilo que seja possível pagar pelo consumidor brasileiro (...). Essa é uma negociação, uma conversa. Por que o Governo brasileiro reagiu dessa maneira, e preferiu o diálogo a manifestações estridentes? Por quê? Porque o pior que pode acontecer para o Brasil é uma radicalização, qualquer atitude da Bolívia de impedir ou dificultar o abastecimento de gás ao Brasil seria “irracional”, do ponto de vista da Bolívia. (BRASIL, 2007a, p. 162)

Depois da divulgação do decreto da nacionalização boliviana do gás natural, tanto a questão dos preços que seriam cobrados como a continuidade do fornecimento do mercado brasileiro eram motivos de dúvidas. Por isso, a diplomacia brasileira fez questão de elevar estas duas questões como prioritárias. É importante assinalar que o Ministro Celso Amorim explicitou a preocupação que os preços cobrados pelo gás pudessem prejudicar as indústrias de São Paulo e as usinas termelétricas brasileiras que dependem do gás natural boliviano. Apesar desta preocupação, Amorim defende que uma negociação “equilibrada” é o melhor caminho para a resolução do problema, porque seria irracional do ponto de vista

econômico para a Bolívia prescindir do Brasil como comprador de seu gás. Nas palavras de Amorim em entrevista concedida ao “Jornal das Dez”, da Globo News no dia 4 de maio de 2006:

A Bolívia, que é um país pobre, incrustado no meio da América do Sul, cuja estabilidade é fundamental para o Brasil e para todos nós. Não é uma questão de ser “bonzinho”; isso é importante para nós. É a maior fronteira do Brasil. É impossível separar o político do econômico. A Bolívia, que para o Brasil exportava 30 milhões de dólares, mais ou menos, há doze, dez anos – até o ano 2000 não mudou muito – hoje exporta um bilhão de dólares, e 95% é gás ou produtos relacionados com o gás. Isso contribui para a estabilidade da Bolívia. Agora, querem discutir o preço? Se for dentro desse marco racional, dentro daquilo que é viável, é natural discutir, como em qualquer outro empreendimento. (...) (BRASIL, 2007a, p. 522)

Em outras palavras, o ministro apostou na disparidade entre os dois países e na dependência boliviana frente à economia brasileira. Do ponto de vista político, como já foi abordado aqui, uma radicalização da crise com a Bolívia poderia ter significado um sério problema para o processo de integração sul-americano. Este processo de integração é fundamental para a política subimperialista que necessita de um ambiente de abertura de mercados e de capital para disputar no terreno internacional espaços na economia mundial.

No dia 10 de maio reuniram-se em La Paz o Ministro de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, o Ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, e os presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e da Yacimientos Petroleros Fiscales Bolivianos (YPFB), Jorge Alvarado. Eles discutiram os temas referentes a negociação sobre a situação do gás natural pós-nacionalização e aspectos básicos da forma de proceder os entendimentos entre os países. Desta reunião resultou o seguinte comunicado conjunto (10 de maio de 2006):

Os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, de Hidrocarburos da Bolívia, Andres Soliz Rada, os Presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da YPFB, Jorge Alvarado, reuniram-se hoje em La Paz, no espírito da Declaração de Puerto Iguazú, para tratar de questões decorrentes do decreto DS 28701, de 1º de maio último.

O Ministro de Minas e Energia do Brasil e o Presidente da Petrobras reiteram seu absoluto respeito pelas decisões soberanas do Governo e do povo bolivianos manifestadas no DS 28701 e expressam sua disposição de implementá-lo de acordo à normativa aplicável.

No âmbito das normativas complementares, as partes concordaram em realizar reuniões em nível técnico, para tratar dos seguintes pontos:

- As condições para condução dos negócios durante a fase de transição;
- A definição de condições e contratos necessários para a produção do gás, e sua comercialização; e o processo de refino, inclusive mecanismos e formas de compensação negociada;
- As condições para a assinatura dos contratos de produção.
- Acordaram também criar uma Comissão de Alto Nível, integrada pro ambos os Ministros e pelos Presidentes da Petrobras e da YPFB. Ao mesmo

tempo, criou-se uma comissão técnica subdivida em três grupos de trabalho.

As partes concordaram, ainda, que a proposta de revisão de preços de gás seja tratada de forma racional e equitativa, nos termos da Declaração de Puerto Iguazú, ao amparo dos mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda do gás natural (GSA).

Os métodos de trabalho estabelecidos na reunião refletem o interesse em aprofundar o diálogo bilateral. (BRASIL, 2007a, p. 361)

Percebemos no comunicado conjunto entre as autoridades do setor energético dos dois países que a reunião resultou em um impulso na negociação sobre a situação do gás, principalmente na questão dos preços. As autoridades dos dois países concordaram em negociar os preços de uma forma que possibilite a continuidade da relação de compra e venda entre as partes. Para isso tanto o Ministro de Minas e Energia do Brasil, bem como o presidente da Petrobras reiteraram seu respeito a soberania do Estado boliviano de realizar a nacionalização dos hidrocarbonetos.

A partir da divulgação do decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos houve diversas reuniões entre o Brasil e a Bolívia na tentativa de diminuir as perdas da Petrobras e a continuidade do fornecimento de gás. As negociações foram exitosas já que o governo brasileiro conseguiu alterar algumas medidas importantes que constavam inicialmente no decreto através de um novo acordo firmado no dia 30 de outubro de 2006. As principais modificações foram, conforme a Petrobras:

A Petrobras continua sendo responsável pela operação dos campos de San Alberto e San Antonio;

A YPFB assume papel mais preponderante na comercialização dos hidrocarbonetos produzidos;

Do total do valor da produção na boca de poço o Estado Boliviano receberá 50% sobre a média dos preços realmente praticados nos diversos contratos de comercialização a título de Royalties, Participações e Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos IDH; os 50% restantes serão utilizados primeiramente para atender os custos recuperáveis da Petrobras, incluindo custos operacionais e depreciações; o saldo restante será dividido entre a YPFB e a Petrobras, segundo uma tabela que tem como principais determinantes o nível de produção, o ritmo de depreciação, preços, volumes produzidos, impostos pagos, etc.

Os investimentos realizados até o momento, bem como a depreciação realizada, entram nos cálculos para definir a retribuição da Petrobras; estes investimentos, e outros que a empresa venha a fazer continuarão a ser depreciados e considerados no cálculo dos "custos recuperáveis".

A YPFB passa a exercer um nível de supervisão mais intenso sobre as operações, como por exemplo, nas licitações para contratação de bens e serviços, na aprovação do valor dos custos de operação e investimentos, etc.

O prazo do contrato passa a ser de 30 anos.

Os ativos atuais continuam de propriedade da Petrobras até o final do contrato, quando então passarão à propriedade da YPFB, conforme os termos do contrato original; os materiais e equipamentos ligados diretamente às atividades de exploração e produção adquiridos após a

assinatura do contrato, passarão à propriedade da YPFB após serem totalmente amortizados. (PETROBRAS BOLÍVIA, 2006)

Percebemos neste novo acordo que a Petrobras conseguiu manter algumas prerrogativas importantes para a continuidade de sua atuação na Bolívia. Pela via da negociação o governo brasileiro conseguiu evitar que a nacionalização boliviana significasse um prejuízo grandioso para a Petrobras e uma crise energética devido ao possível desabastecimento de gás natural que poderia ter ocorrido diante de uma ruptura completa na relação entre a Bolívia e o Brasil no tema dos hidrocarbonetos. Portanto podemos ver que o desejo de retomada das riquezas naturais da Bolívia tiveram como limite as fragilidades econômicas e a dependência daquele país frente a economia mundial, especialmente a economia brasileira. A escolha do caminho da negociação foi importante para o governo Lula manter a lucratividade da Petrobras na Bolívia e também a hegemonia no processo de integração sul-americano com o método da construção de consenso entre os diferentes países. Assim segundo Duarte, Saraiva e Boné:

A Petrobrás, com esse novo acordo, perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contrapartida, garantiu as operações de produção de gás natural ao Brasil — já que esses campos bolivianos correspondem à grande parte do volume utilizado em território brasileiro —, além de manter sua posição estratégica na Bolívia como a maior empresa da América Latina operando no País.

Apesar da perda na participação efetiva nos lucros, a empresa brasileira mantém uma rentabilidade superior a 15%, garantindo o financiamento de suas operações, além de obter um certo lucro, superior ao custo de capital. A partir do acordo, a Petrobrás passou a entregar à YPFB toda a cadeia de transporte e comercialização do gás natural a partir do ponto de fiscalização, sendo parte da receita adquirida com a venda do produto depositada diretamente na conta da Petrobrás pelo próprio comprador, não sendo repassada pela YPFB. Com isso, evita-se o contrato de prestadora de serviços.

(DUARTE; SARAIVA; BONÉ, 2008, p. 93)

## 5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, fizemos um esforço para desvendarmos o caráter da política externa brasileira, através das medidas levadas a cabo pelo governo Lula. Para melhor compreendermos a política externa, mais precisamente as respostas dadas pelo presidente Lula quando da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, percorremos uma trajetória que abrange desde a década de 1990 até década de 2000. Neste caminho, percebemos que o Brasil, durante todo este período, esteve voltado para a América Latina, com interesses, em grande medida, econômicos, apesar das diferenciadas formas de atuação no que diz respeito ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso e o governo atual, de Luiz Inácio da Silva (Lula). Durante este período, o país passou por um caminho que vai desde uma aposta na defesa explícita da abertura econômica e de negociações de projetos

como a ALCA a uma crescente valorização da integração regional, com o fortalecimento do Mercosul e da busca de aliança com os países da América do Sul como um todo.

Acreditamos que a integração latino-americana deva servir para que todos os países conjuntamente possam atacar os problemas em torno do desenvolvimento econômico e social e, assim, centralmente trazer modificações sociais estruturais para melhorar a situação dos povos dos diferentes países, como podemos acompanhar nessa passagem de Marini em um artigo de 1992, intitulado Desenvolvimento e dependência:

(...) A integração regional, como base para o relacionamento com os blocos econômicos em formação e com os organismos internacionais, é por isso fundamental. No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem já não ter aceitação, sendo mister buscar a constituição de entidades mais poderosas.

Mas não se pode fazer isso ingenuamente. A verdadeira integração econômica só será possível com a delegação de atribuições estatais a órgãos supranacionais, em maior ou menor grau, desde a política tarifária, monetária e fiscal, até as que se referem às questões laborais, educacionais e culturais.

A integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente o governo, aos empresários e à economia. Ela tem de ser entendida como uma grande empresa política e cultural, capaz de convocar à participação ativa todos os setores do povo. (MARINI, 2005, p. 224)

No entanto percebemos que, ao contrário de uma integração regional que garanta a diminuição da dependência desses países e um maior desenvolvimento igualitário, o Brasil desenvolveu uma política calcada nas desigualdades. As empresas brasileiras, inseridas em praticamente todos os países sul-americanos, concorrem de forma desigual devido ao seu maior poderio e a sua estabilidade econômica. O Brasil busca um protagonismo em relação a estes países, que parte justamente das assimetrias entre eles, garantindo grandes lucros e participação nos mercados da região.

A política externa brasileira em relação à Bolívia, mais especificamente na postura do Brasil quando da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, foi aplicada com a mesma lógica. O governo brasileiro, através de seus representantes do Ministério de Relações Exteriores, teve uma postura de negociação com o governo boliviano. No nosso entendimento, esta postura ocorreu devido ao reconhecimento por parte do Brasil de que a situação da exploração econômica do gás boliviano se dava em um marco de grande disparidade, graças aos baixos preços pagos pelas empresas brasileiras pelo gás. Esta situação representava muito mais o passado atroz do neoliberalismo boliviano do que a situação após a instauração do governo de Evo Morales, que, sem dúvida, foi o resultado de uma imensa vitória dos movimentos sociais e da esquerda boliviana.

Apesar dos interesses capitalistas brasileiros serem afetados com a nacionalização, como ficou exposto pela grande imprensa brasileira, a situação de utilização do gás

boliviano pelas indústrias brasileiras e a atuação da Petrobras na Bolívia seguiram sendo um bom negócio. Até porque o Brasil ainda depende do gás natural boliviano como uma das principais fontes de energia das indústrias do Centro Sul do país.

Outro fator a ser considerado neste caso é o fato de o governo de Lula desejar manter uma relação política de proximidade com os governos da Bolívia e da Venezuela, liderados respectivamente por Evo Morales e Hugo Chávez, apesar desses serem guiados por uma ação política de esquerda e de busca de independência política frente aos interesses hegemônicos do governo dos Estados Unidos. Lula e o Partido dos Trabalhadores possuem um passado de esquerda, que guarda semelhanças com os processos políticos dos países referidos, porém, na prática política do governo brasileiro, essas semelhanças não têm reciprocidade com os fatos.

Além da manutenção de lucros da Petrobras após a nacionalização, há outro fator relevante que justifica a postura do governo brasileiro, que é a consolidação de uma hegemonia do Brasil, através da integração sul-americana, em relação aos demais países da região, garantindo um caráter subimperialista que garante a permanência das trocas desiguais, históricas nessa relação.

Todo esse esforço de construção hegemônica, reveste a política de integração regional brasileira, sob o governo de Lula da Silva, um caráter subimperialista. Mas isso acontece na medida em que a um só tempo, o regionalismo aberto faz a integração com as corporações estadunidenses para a expansão do agronegócio exportador, cria as veias para a distribuição dessa produção agrícola, servindo de canal também para o acesso das corporações de matriz nacional para a América do Sul, especialmente aquelas baseadas em exploração intensiva de recursos naturais. (LUCE, 2007, p. 116)

Desta feita, podemos perceber que a economia brasileira reflete um cenário de cooperação antagônica como o teorizado por Marini (1974). Se por um lado temos a expansão do agronegócio dominado por empresas norte-americanas, por outro vemos que uma série de empresas brasileiras expandindo seus negócios na América do Sul, especialmente nos setores vinculados à exploração das riquezas naturais. Do ponto de vista das respostas do Brasil no caso da nacionalização do gás boliviano, podemos perceber que seu caráter subimperialista norteou as ações da diplomacia brasileira, cedendo em parte os privilégios que o país possuía na exploração do gás em nome da manutenção da estabilidade nas relações internacionais na América do Sul e da continuidade do processo de integração regional. Essa postura garantiu também a permanência da Petrobras na economia boliviana, além de, fundamentalmente, garantir a estabilidade econômica consolidada durante o governo de Lula.

Acreditamos ser importante seguirmos buscando formulações e análises sobre qual deve ser o papel do Brasil no caminho de um mundo multipolar e com cada vez menos peso do imperialismo norte-americano e da Europa. Para isso, faz-se necessário o

aprofundamento dos estudos da economia brasileira e de como a dinâmica subimperialista ajuda na conformação de sua feição atual.

### Fontes

BRASIL. Resenha de Política Externa do Brasil, a. 33, n. 98, 1º semestre 2006. Ministério das Relações Exteriores, 2007a.

BRASIL. Resenha de Política Externa do Brasil, a. 33, n. 99, 2º semestre de 2006. Ministério das Relações Exteriores, 2007b.

BRASIL. Portal Oficial. 2010a Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/05/18/consumo-brasileiro-de-gas-boliviano-aumenta-18-nos-primeiros-meses-de-2010>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

BRASIL. Site do Ministério das Relações Exteriores, 2010b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

BOLIVIA. DECRETO SUPREMO Nº 28701. 1º de maio de 2006. Disponível em: [http://www.constituyentesoberana.org/noticiasdeldia/mayo2006/010506\\_4.htm](http://www.constituyentesoberana.org/noticiasdeldia/mayo2006/010506_4.htm). Acesso em 9 de janeiro de 2010.

PETROBRAS BOLIVIA. 2006. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/bolivia/portugues/sala-detalhes.asp?id=43>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

### Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E., GENTILI, P. Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BANDEIRA, Moniz. As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Revista de Sociologia e Política, nº. 28, Curitiba, jun.2007, pág. 57-73

BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea, jul.2009. Disponível em: <http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2010.

CEPIK, Marco; CARRA, Marcos. Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), nº 4, abril de 2006.

DUARTE, Bernardo Pestana Mello C.; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONÉ, Rosemarie Bröker. Impacto na relação Brasil-Bolívia com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006 – 2008. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1644/2011>. Acesso em 01 de julho de 2010.

ENGELS, Friedrich. Política. Organizador [da coletânea] José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial, 2010. Disponível em:

<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/v32n1a05.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

- HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LUCE, Mathias. O Subimperialismo Brasileiro Revisitado: A Política de Integração Regional do Governo Lula (2003-2007). Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS, Brasil. 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo e Revolución. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro, (TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro Orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2010.
- MESA, José de, GISBERT, Teresa, GISBERT, Carlos D. Mesa. Historia de Bolivia. La Paz: Editorial Gisbert, 2008
- RUPPENTHAL, Tailon. Um soldado brasileiro no Haiti. Depoimento a Ricardo Lísias. São Paulo: Globo. 2007
- SÁ, Miguel; CHAVES, Daniel; ARAUJO, Rafael. Bolívia: Passos das Revoluções. Niterói, RJ: Muiraquitã, 2009.
- SOUZA, Julia Gomes e. Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt8/Mesa1/crise-do-neoliberalismo-e-seus-reflexos-no-aparelho-estatal.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2010.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. As Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025*. In: Emir Sader e Theotônio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). A América Latina e os desafios da globalização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.